

Relatório da Administração - 2014

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. **Cenário macroeconômico e acontecimentos relevantes no país em 2014:** O ano de 2014 foi marcado pelo baixo desempenho da economia brasileira, com queda no PIB, queda na produção industrial, déficit orçamentário federal e aumento da dívida pública. Com os dois primeiros trimestres consecutivos de queda, o país chegou até mesmo a entrar em recessão técnica, o que não acontecia desde o fim de 2008, em plena crise financeira internacional. No fim de outubro, o IBGE informou que a economia brasileira saiu por pouco desta recessão no terceiro trimestre, quando o PIB cresceu 0,1% na comparação com o trimestre anterior. Os principais dados econômicos do ano foram: (i) variação do PIB negativa estimada em 0,15%; (ii) inflação de 6,41%, ligeiramente abaixo do topo da meta; (iii) taxa Selic de 11,75%, com alta de 1,75% com relação ao fechamento de 2013; (iv) dólar a R\$ 2,67, com alta de 14,4% com relação a dezembro de 2013. As oportunidades de investimento em concessões e PPPs foram menores do que em 2013, tendo sido realizados alguns leilões de rodovias. Destacam-se a Rodovia dos Tamoios e o Anel Rodoviário de Belo Horizonte (leilão vencido pelo consórcio que tem a EcoRodovias em sua composição). No setor de mobilidade urbana a Primav foi a vencedora do leilão da Linha 18-Bronze do Metrô de São Paulo. Apesar do ambiente restritivo, o ano também foi marcado por conquistas relevantes para a formação e qualificação do *Backlog* no setor de construções, cujo montante em 31/12/2014 atingiu R\$ 2.260 milhões.

Desempenho econômico financeiro consolidado:

	2014	2013	Variação
Receita Líquida das Atividades Operacionais	3.388,7	3.222,3	5,2%
Custo das Atividades Operacionais	- 2.414,8	- 1.960,9	23,1%
Lucro Bruto	973,9	1.261,4	- 22,8%
Receitas (Despesas) Operacionais	- 264,7	- 458,5	- 42,3%
Lucro antes dos Efeitos Financeiros	709,2	803,0	- 11,7%
Resultado Financeiro	- 434,6	- 230,3	88,7%
Lucro antes do IR/CSLL	274,6	572,7	- 52,1%
IR/CSLL	- 249,3	- 256,4	- 2,8%
Lucro Líquido do Exercício	25,3	316,2	- 92,0%

Desempenho dos negócios nos setores de concessões, logística e portuário: Apesar do baixo crescimento da economia, o ano de 2014 proporcionou novas conquistas para o Grupo EcoRodovias. O volume de veículos pedagiados nas rodovias operadas apresentou crescimento de 4%. Se for contabilizada a ECO101, o acréscimo do tráfego foi ainda mais significativo, representando 20%. O crescimento na receita bruta de 11,0%, do lucro líquido de 18,6%, e do EBITDA de 21,0% também são resultados que exemplificam bem a capacidade da Companhia de superar desafios e de honrar com seus compromissos. O pagamento de um total de R\$ 798 milhões de dividendos é outro importante fato que merece ser destacado, assim como a conclusão da venda de 11,41% da STP, que reforçou a estrutura de capital do Grupo e reiterou seu foco na participação em novos projetos de infraestrutura no Brasil. No Paraná, as duas concessões rodoviárias, a Ecovia e a Ecocatarratas, tiveram reajustes acima da inflação decorrentes de aditivos contratuais assinados junto ao Poder Concedente. Na Ecovia, isso foi possível pela inclusão de obras de reconstrução em três pontes, do viaduto de acesso a Moretes e Antonina e implantação de três passarelas e de ciclovia. Já na Ecocatarratas, houve duplicação de 14,4 quilômetros, na BR-277, além da implantação de passagens subterrâneas para pedestres no km 670 da rodovia. No Rio Grande do Sul, foram aprovados investimentos no valor de R\$ 187 milhões incorporados ao contrato de concessão da Ecosul, referentes à recuperação e manutenção do pavimento do Polo Rodoviário de Pelotas entre os anos de 2015 e 2026. Visando garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, foram definidos degraus tarifários anuais entre os anos de 2015 a 2021. Em São Paulo, obras que exemplificam o comprometimento da Companhia por melhorias constantes são o Anel Viário de Cubatão, as faixas adicionais da Cõnego Domênico Rangoni e o viaduto de acesso à Rodovia Rio Santos. Construído em 22 meses pela Ecovias dos Imigrantes, dentro do prazo previsto, o Anel Viário elimina um dos principais gargalos do Sistema Anchieta-Imigrantes – o antigo trevo do km 55 da Via Anchieta, que ficou inadequado para demanda atual de tráfego e provocava diversos conflitos de movimentos, bem como congestionamentos diários. Já no Espírito Santo, a ECO101 é outro exemplo de respeitabilidade que o Grupo tem no mercado, uma vez que a concessionária iniciou a cobrança de pedágio de sete praças no prazo previsto e obteve junto ao BNDES, em 2014, um financiamento de cerca de R\$ 184 milhões, até a estruturação do financiamento de longo prazo. Este fato possibilitou o investimento de aproximadamente R\$ 240 milhões em melhorias na rodovia. O total de investimentos no ano em todo o Grupo, de cerca de R\$ 1 bilhão, teve o objetivo de trazer maior segurança aos usuários e eficiência aos nossos clientes. No Ecoporto Santos, por exemplo, foram investidos quase R\$ 100 milhões em equipamentos, como portênières, RTGs e *terminal tractors*, que possibilitam maior produtividade e ganhos operacionais, além de vantagens competitivas como agilidade e eficiência nas operações. **Resultados Econômico-Financeiros: Receita Bruta:** A receita bruta consolidada atingiu R\$ 3.183,5 milhões em 2014, crescimento de 11,0% em relação à 2013, devido ao aumento da receita de concessões rodoviárias ocasionado pelo aumento do tráfego e início das operações da ECO101. Por outro lado, houve redução na receita do Ecoporto Santos devido à menor movimentação e menor tarifa em função dos novos entrantes e do arrefecimento da economia. A receita de construção apresentou crescimento de 41,1% devido às obras referentes ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes concluídas em outubro de 2014 e maior representatividade das obras na ECO101.

	2014	2013	Variação
Receita Bruta (em milhões de R\$)	3.183,5	2.868,7	11,0%
Concessões Rodoviárias	1.950,5	1.745,2	11,8%
Receita de Construção	713,6	505,8	41,1%
Ecoporto Santos	508,3	615,2	- 17,4%
Serviços	201,1	131,6	52,8%
Eliminações	- 190,0	- 129,1	47,2%

	2014	2013	Variação
Receita Líquida (em milhões de R\$)	2.937,0	2.639,1	11,3%
Concessões Rodoviárias	1.782,2	1.595,0	11,7%
Receita de Construção	452,7	505,8	- 11,3%
Ecoporto Santos	178,6	116,9	52,8%
Serviços	- 190,1	- 129,1	47,3%
Eliminações	- 190,1	- 129,1	47,3%

Balanco Patrimonial Levantados em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	07	40.239	3.154	686.535
Investimentos temporários	08	-	-	54.959
Contas a receber	09	62.748	26.582	382.461
Estoques	-	-	-	17.651
Tributos e contribuições a recuperar	10	8.986	2.650	77.280
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	-	-	12.558
Adiantamentos a fornecedores	-	20	-	18.432
Despesas antecipadas	-	-	-	7.598
Outros ativos	-	-	-	21.175
		111.993	32.386	1.278.649
				1.727.021

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Não Circulante				
Investimentos temporários	08	489.633	210.366	493.510
Contas a receber	09	155.167	157.939	513.626
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	520.055
Créditos com pessoas ligadas	23	30.199	2.744	107.637
Depósito para recursos	11	6	6	147.190
Outros ativos	-	-	1.320	1.629
Propriedade para Investimento	-	-	-	8.370
Investimentos	13	3.179.706	3.550.215	286.849
Imobilizado	14	-	-	548.479
Intangível	15	-	-	6.209.418
		3.854.711	3.954.976	10.115.412
				9.805.584

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	474,3	399,5	18,7%
Depreciação e Amortização	309,0	236,7	30,5%
Resultado Financeiro	392,5	325,5	20,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	242,6	234,7	3,4%
Equivalência Patrimonial	28,4	- 0,8	n.m.

Receita Líquida: A receita líquida consolidada atingiu R\$ 2.937,0 milhões, com um crescimento de 11,3% em relação a 2013.

	2014	2013	Variação
Receita Líquida (em milhões de R\$)	2.937,0	2.639,1	11,3%
Concessões Rodoviárias	1.782,2	1.595,0	11,7%
Receita de Construção	452,7	505,8	- 11,3%
Ecoporto Santos	178,6	116,9	52,8%
Serviços	- 190,1	- 129,1	47,3%
Eliminações	- 190,1	- 129,1	47,3%

Ebitda e Margem Ebitda: O EBITDA foi de R\$ 1.446,8 milhões em 2014 com margem EBITDA de 49,3%. O crescimento de 21,0% foi ocasionado pelo aumento do EBITDA no setor de concessões rodoviárias, impulsionado pelo início da cobrança de pedágio da ECO101 e venda de participação da STP.

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	474,3	399,5	18,7%
Depreciação e Amortização	309,0	236,7	30,5%
Resultado Financeiro	392,5	325,5	20,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	242,6	234,7	3,4%
Equivalência Patrimonial	28,4	- 0,8	n.m.

Disponibilidade e Endividamento Consolidado: A EcoRodovias encerrou dezembro de 2014 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$ 660,7 milhões. A redução de caixa deveu-se aos pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio no ano de 2014. A dívida financeira bruta da EcoRodovias atingiu R\$ 4.185,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 sendo 23% no curto prazo e 77% no longo prazo, representando um aumento de 13,1%, quando comparado aos R\$ 3.700,6 milhões de 31 de dezembro de 2013. A Companhia encerrou o ano com indicador de Dívida Líquida Financeira/EBITDA de 2,4x. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 392,5 milhões negativos em 2014, 20,6% a mais que o resultado de 2013. Esta variação ocorreu devido às captações realizadas em 2014 e altas dos juros e inflação ocorridas ao longo de 2014. **Lucro Líquido:** Em 2014, a EcoRodovias apresentou lucro líquido após a participação de minoritários de R\$ 471,9 milhões, 18,6% superior aos R\$ 397,9 milhões registrados em 2013. **Desempenho do negócio no setor de construção:** No setor de construção, apesar dos avanços do PAC 2 para as obras relacionadas com a Copa do Mundo, já contratadas nos exercícios anteriores, o investimento em infraestrutura ficou dependente de concessões e PPPs, notadamente nos ramos rodoviário, metrôviário e de energia. Nestes setores surgiram algumas oportunidades no ano de 2014 onde foram viabilizados novos negócios na área metrôviária. Os investimentos em mobilidade urbana continuam sendo uma forte demanda da população e mantêm-se como uma das prioridades do governo federal, quer por financiamento a estados e municípios, quer por participação via PPPs. O sucesso da Companhia na área metrôviária a transformou em uma importante referência no segmento de mobilidade urbana, o que possibilitará uma atuação cada vez mais intensa neste mercado. Na área de pessoas destacamos o esforço da Companhia para ampliar o desenvolvimento de suas equipes com concentração nas áreas de engenharia, segurança do trabalho e meio ambiente. Foram realizados treinamentos de capacitação no total de 262 mil horas-homem com investimento de R\$ 1,96 milhão. A parceria com a Universidade Positivo se mantém cada vez mais próxima com a edição do segundo prêmio CR Almeida para formandos do curso de engenharia civil da instituição, reforçando a troca de experiências e conteúdo entre a Companhia e o meio acadêmico. Em parceria com a instituição foi lançado o 1º programa Trainee para Engenheiros Civis, um importante passo na consolidação de seu objetivo de atrair, reter e desenvolver jovens talentos engenheiros, garantindo assim a perpetuação de seus negócios. Foram disponibilizadas dez vagas para engenheiros-trainees para atuação em obras sob a coordenação da área corporativa de gestão de pessoas e com o apoio do corpo docente da universidade. **Resultados Econômico-Financeiros: Receita Bruta:** Diante do contexto apresentado acima, no ano de 2014 a Companhia alcançou a receita bruta consolidada de R\$ 607,8 milhões, ante R\$ 685,3 milhões no ano anterior, o que representou uma queda de 11,3%. As obras mais representativas na composição da receita bruta em 2014 foram VLT Cuiabá/MT, Monotrilho Linha 17/SP, Consórcio Serra do Mar/SP, Estaleiro Jurong/ES e Programa Rodoviário do Amapá/AP. A grande frustração de receita com relação ao orçado para o exercício ocorreu nas obras Monotrilho Linha 17/SP e VLT Cuiabá/MT. A queda de receita resultou diretamente na queda de resultado, impactado pela não redução dos custos das obras na mesma proporção devido à quebra de produtividade e aumento de peso das despesas indiretas. **Resultado Financeiro e Ebitda:** O resultado financeiro foi de (-) R\$ 19,0 milhões em 2014, bem superior ao resultado de 2013 que atingiu (-) R\$ 3,3 milhões. O resultado líquido do exercício atingiu (-) R\$ 72,9 milhões enquanto o EBITDA atingiu (-) R\$ 17,8 milhões, com margem EBITDA de (-) 3,2%.

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido	- 72,9	- 54,1	34,8%
Depreciação e Amortização	9,5	12,0	- 21,3%
Resultado Financeiro	19,0	3,3	472,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,7	- 26,1	- 202,5%

EBITDA

	2014	2013	Variação
Receita Líquida	2.937,0	2.639,1	11,3%
Margem EBITDA	49,3%	45,3%	4,0 p.p.

	2014	2013	Variação
Receita Bruta	3.183,5	2.868,7	11,0%
Concessões Rodoviárias	1.950,5	1.745,2	11,8%
Receita de Construção	713,6	505,8	41,1%
Ecoporto Santos	508,3	615,2	- 17,4%
Serviços	201,1	131,6	52,8%
Eliminações	- 190,0	- 129,1	47,2%

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido	- 72,9	- 54,1	34,8%
Depreciação e Amortização	9,5	12,0	- 21,3%
Resultado Financeiro	19,0	3,3	472,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,7	- 26,1	- 202,5%

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido	- 72,9	- 54,1	34,8%
Depreciação e Amortização	9,5	12,0	- 21,3%
Resultado Financeiro	19,0	3,3	472,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,7	- 26,1	- 202,5%

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido	- 72,9	- 54,1	34,8%
Depreciação e Amortização	9,5	12,0	- 21,3%
Resultado Financeiro	19,0	3,3	472,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,7	- 26,1	- 202,5%

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido	- 72,9	- 54,1	34,8%
Depreciação e Amortização	9,5	12,0	- 21,3%
Resultado Financeiro	19,0	3,3	472,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,7	- 26,1	- 202,5%

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido	- 72,9	- 54,1	34,8%
Depreciação e Amortização	9,5	12,0	- 21,3%
Resultado Financeiro	19,0	3,3	472,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,7	- 26,1	- 202,5%

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido	- 72,9	- 54,1	34,8%
Depreciação e Amortização	9,5	12,0	- 21,3%
Resultado Financeiro	19,0	3,3	472,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,7	- 26,1	- 202,5%

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido	- 72,9	- 54,1	34,8%
Depreciação e Amortização	9,5	12,0	- 21,3%
Resultado Financeiro	19,0	3,3	472,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,7	- 26,1	- 202,5%

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido	- 72,9	- 54,1	34,8%
Depreciação e Amortização	9,5	12,0	- 21,3%
Resultado Financeiro	19,0	3,3	472,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,7	- 26,1	- 202,5%

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido	- 72,9	- 54,1	34,8%
Depreciação e Amortização	9,5	12,0	- 21,3%
Resultado Financeiro	19,0	3,3	472,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,7	- 26,1	- 202,5%

	2014	2013	Variação
EBITDA (em milhões de R\$)	1.446,8	1.195,6	21,0%
Lucro Líquido	- 72,9	- 54,1	34,8%
Depreciação e Amortização	9,5	12,0	- 21,3%
Resultado Financeiro	19,0	3,3	472,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	26,7	- 26,1	- 202,5%

	2014	2013	Variação
--	------	------	----------

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Dividendos adicionais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados dos acionistas controladores	Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.200.179	89.197	26.706	450.526	(2.273)	-	1.764.335	776.901	2.541.236
Dividendos distribuídos	-	-	-	(90.000)	-	-	(90.000)	-	(90.000)
Realização de reserva	-	-	(4.798)	-	-	4.798	-	-	-
Efeito da venda de participação à acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	12.819	12.819
Opção de ações outorgadas reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	40	40
Ajustes de avaliação patrimonial:									
. Ajuste a valor justo - Investimentos temporários	-	-	-	-	(21.744)	-	(21.744)	-	(21.744)
. Reflexo de realização - Imobilizado - Controladas	-	-	-	-	(3.561)	5.395	1.834	-	1.834
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	145.446	145.446	145.559	291.005
Destinações propostas:									
. Reserva legal	-	7.782	-	-	-	(7.782)	-	-	-
. Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(36.964)	(36.964)	(163.094)	(200.058)
. Dividendos adicionais	-	-	-	110.893	-	(110.893)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	1.200.179	96.979	21.908	471.419	(27.578)	-	1.762.907	772.225	2.535.132
Efeito da venda de participação à acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	31.500	31.500
Opção de ações outorgadas reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	103	103
Dividendos distribuídos	-	-	-	(62.493)	-	-	(62.493)	(217.048)	(279.541)
Realização de reserva	-	-	(4.798)	-	-	4.798	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial:									
. Ajuste a valor justo - Investimentos temporários	-	-	-	-	(31.922)	-	(31.922)	-	(31.922)
. Reflexo de realização - Imobilizado - Controladas	-	-	-	-	(1.624)	2.460	836	-	836
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(141.411)	(141.411)	166.676	25.265
Destinações propostas:									
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(46.853)	(46.853)
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(29.637)	(29.637)
. Absorção de prejuízo	-	-	-	(134.153)	-	134.153	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	1.200.179	96.979	17.110	274.773	(61.124)	-	1.527.917	676.966	2.204.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores Expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013		2014	2013	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	(320.953)	(4.779)	1.121.649	1.048.548	Aumento (redução) nos passivos operacionais:	1.445	(888)	(121.362)	4.088
Lucro líquido do exercício	(141.411)	145.446	25.265	316.226	. Fornecedores e subempreiteiros	19	-	(13.902)	70.792
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:	133.678	35.310	1.404.112	1.018.154	. Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	1.425	(886)	32.335	6.714
. Encargos financeiros e variação monetárias	252.103	175.847	739.712	577.641	. Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	(10.034)	(29.066)
. Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(3.700)	-	(2.614)	36.066	. Pagamento para manutenção de construção de obras	-	-	(80.348)	(92.972)
. Resultado de equivalência patrimonial	(219.492)	(176.159)	30.033	(769)	. Outros passivos	1	(2)	(49.413)	48.620
. Depreciações e amortizações	95.165	(8.060)	413.573	240.620	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:	491.701	278.745	(1.003.433)	(604.031)
. Baixa de ativos não circulantes	-	-	25.175	7.075	. Investimento em controladas - aportes de capital	(20.900)	-	(75.900)	-
. Desconto obtido para liquidação de obrigações fiscais	-	-	-	(401)	. Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	512.601	278.745	7.059	19.479
. Provisão para manutenção e construção de obras	-	-	105.254	74.907	. Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(934.592)	(623.510)
. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	25.373	22.496	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:	(133.663)	(366.410)	(533.104)	(245.935)
. Impairment em investimentos e propriedades para investimento	3.971	-	3.971	7.802	. Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	280.003	1	1.493.308	1.363.154
. Tributos diferidos	5.631	43.682	33.505	39.666	. Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(356.524)	(237.234)	(1.569.123)	(1.246.190)
. Outros ajustes	-	-	30.130	13.051	. Pagamento de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas parceladas	-	-	(8.775)	(1.700)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	(314.665)	(184.647)	(186.366)	(289.920)	. Pagamento de obrigações junto ao poder concedente	-	-	(16.578)	(15.708)
. Contas a receber	(12.977)	(183.539)	53.766	(249.793)	. Operações de mútuo com empresas ligadas	32.858	10.288	(49.871)	(44.627)
. Títulos e valores mobiliários	(295.137)	-	(188.404)	1.935	. Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(90.000)	(139.465)	(382.065)	(302.253)
. Tributos e contribuições a recuperar	(6.530)	90	(31.702)	(3.122)	Aumento (Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	37.085	(92.444)	(414.888)	198.582
. Depósitos para recursos	-	-	(36.366)	(3.715)	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3.154	95.598	1.101.423	902.841
. Outros ativos	(21)	(1.198)	16.340	(35.225)	Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	40.239	3.154	686.535	1.101.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Valores Expressos em Milhares de Reais)

Nota 01 - Contexto Operacional: A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes a execução e a exploração de todas as áreas da engenharia e de construção, industrialização e comercialização de bens afins e exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. **Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação: As demonstrações contábeis da Companhia compreendem: a) Demonstrações contábeis consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). b) Demonstrações contábeis individuais da controladora: As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. As demonstrações contábeis consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. 2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas: Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. *Joint venture* é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle. Os investimentos da Companhia em coligadas e *joint ventures* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil.

Denominação	% de Participação		Atividade Principal
	2014	2013	
Controlada em Conjunto:			
Concessionária do Monotrilho da Linha 18-Bronze S.A.	55,00		Concessionária em regime de Parceria Público-Privada ("PPP") com o Estado de São Paulo, visando fornecimentos e implantação de obras, operação, manutenção e conservação de sistema de transporte de passageiros através de tecnologia "VLT" para interligação da região do ABC ao sistema metro ferroviário do município de São Paulo.
Controladas Indiretas:			
EIL01 Participações S.A.	100,00	100,00	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	58,00	58,00	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Ecoporto Santos S.A.	100,00	100,00	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100,00	100,00	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
Ecoporto Transporte Ltda.	100,00	100,00	Movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos e Termares, atendendo o mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.
Elog S.A.	80,00	80,00	Prestações de serviços de armazéns-gerais e serviços específicos de logística. Holding do segmento de logística da Companhia.
Serviços de Tecnologia e Pagamentos S.A. - STP	-	11,41	Opera com serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre.
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	20,00		- Exploração do Contorno Metropolitan Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía participações em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim.

Controladas Indiretas:

Denominação	% de Participação		Atividade Principal
	2014	2013	
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00	100,00	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100,00	100,00	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. 100,00 100,00 Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas 100,00 100,00 Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecocul 90,00 90,00 Exploração pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía participações em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim.

Controladas Indiretas:

Denominação	% de Participação		Atividade Principal
	2014	2013	
Ecopápio Logística Cubatão Ltda.	80,00	80,00	Administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos.
ELG-01 Participações Ltda.	80,00	80,00	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Elog Logística Sul Ltda.	80,00	80,00	Prestação de serviços de armazéns-gerais e serviços especificados de logística.
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	80,00	80,00	Empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais.
Paquetá Participações Ltda.	80,00	80,00	Administração de bens próprios.

2.3. Contratos de concessão: Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão, por entidade: I. **Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.:** Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigorará até setembro de 2025. II. **Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas:** Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigorará até junho de 2039. III. **Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.:** Explora 136,7 km de rodovia, constituídos por: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigorará até novembro de 2021. IV. **Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas:** Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O prazo de duração do contrato de concessão é 13 de novembro de 2021. A concessão foi contabilizada como ativo intangível. V. **Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecocul:** Explora as seguintes rodovias e trechos:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguaraõ	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

O fim da concessão, contabilizada como ativo intangível, está previsto para março de 2026. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. VI. **ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.:** Explora pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fundo de investimento financeiro	(a)	-	53.165	52.491
Outros	-	-	4.408	13.062
		489.633	210.366	548.469
			366.257	366.257
Ativo circulante	-	-	54.959	70.740
Ativo não circulante	-	-	489.633	210.366
		489.633	210.366	548.469
			366.257	366.257

(a) Os CDBs e fundos de investimento são remunerados à taxa de 99,1% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estar vinculada no processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 17). A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. (b) Fundo de investimentos em direitos creditórios - Durante o exercício de 2010 a Companhia e a controlada CR Almeida S/A - Engenharia de Obras aportaram parte dos precatórios de suas propriedades em fundos de investimentos denominados "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Selecionados III" e "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Selecionados IV" que têm por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de precatórios de titularidade do cedente. Sobre os valores aportados, nos montantes de R\$ 175.124 mil (Primav Construções e Comércio S/A) e R\$ 195.808 mil (CR Almeida S/A - Engenharia de Obras), foi aplicado um deságio equivalente a 63,74%, representado pelas condições da época de negociação de mercado, resultando em aportes líquidos de R\$ 63.500 mil e R\$ 71.000 mil, respectivamente. Além disso, cada empresa aportou também R\$ 1.500 mil em moeda corrente. Os Fundos, conforme registros e divulgações na Comissão de Valores Mobiliários apresentam, em 31 de dezembro, as seguintes características e posição:

FDIC-NP/III - Nome Fundo:	FDIC-NP PRECATÓRIOS SELECIONADOS III
CNPJ Fundo:	11.641.910/0001-70
Administrador:	BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM
CNPJ Administrador:	59.281.253/0001-23
Situação do Fundo:	Em funcionamento normal.
Patrimônio Líquido	R\$ 69.731 mil (R\$ 68.657 mil 31/12/2013).
FDIC-NP IV - Nome Fundo:	FDIC-NP PRECATÓRIOS SELECIONADOS IV
CNPJ Fundo:	11.728.856/0001-02
Administrador:	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ Administrador:	00.066.670/0001-00
Situação do Fundo:	Em funcionamento normal.
Patrimônio Líquido	R\$ 71.575 mil (R\$ 71.806 mil 31/12/2013).

As demonstrações contábeis de 2014, a Controladora adquiriu de sua Controlada - CR Almeida S/A - Engenharia de Obras - os direitos sobre as quotas do "FIDC-NP PRECATÓRIOS SELECIONADOS IV" pelo montante equivalente ao custo amortizado (R\$ 295.137 mil) daquele instrumento financeiro, classificando-o como "instrumento financeiro disponível para venda". Para determinação do valor justo, utilizou-se a metodologia de determinar os valores dos fluxos futuros do instrumento financeiro trazidos a valor presente. Os ajustes a valor justo foram contabilizados em contrapartida de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Nota 09 - Contas a Receber:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Faturas e títulos a receber	(a)	-	276.507	197.938
Serviços executados a faturar	(a)	-	51.868	211.631
Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(a)	(3.700)	(15.622)	(23.460)
Créditos de precatórios a receber	(b)	10.718	981	353.927
Rendas a Receber - Swap	(c)	207.197	183.540	207.197
Outras contas a receber	-	-	22.210	14.322
		217.915	184.521	896.087
			928.161	928.161
Ativo circulante	-	-	62.748	26.582
Ativo não circulante	-	-	155.167	157.939
		217.915	184.521	896.087
			928.161	928.161

a) Faturas e títulos a receber, Serviços executados a faturar e Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Representam preponderantemente valores a receber provenientes de faturas emitidas e de medições de serviços realizados ainda não faturados, pedagógico eletrônico, exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários, acessos por clientes de portos, e outros serviços. A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a expectativa desfavorável da administração da Companhia e de suas controladas quanto ao recebimento dos valores. b) Créditos de precatórios a receber: Controladora - R\$ 981 mil (R\$ 981 mil em 31/12/2013) corresponde à aquisição, de empresa ligada, de precatórios requisitórios com origem em ações ordinárias de natureza alimentícia expedidos pelo Estado de Minas Gerais adquiridos pelo valor equivalente a 31,5% do seu valor de face, sendo mantido pelo custo de aquisição, e R\$ 9.737 mil (R\$ 0 em 31/12/2013) de precatórios expedidos pelo Estado do Acre durante o exercício social de 2014, referentes a faturas de serviços emitidas em exercícios anteriores e não liquidadas por aquele Estado. Consolidado - R\$ 341.339 mil (R\$ 341.339 mil em 31/12/2013) correspondentes às cессões parciais de créditos que a sociedade controladora (CR Almeida S/A - Engenharia e Construções) possui por força de sentenças transitadas em julgado proferidas em ações ordinárias de autos perante a 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba, onde o Estado do Paraná foi condenado. c) Rendas a receber - Swap:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Valor Justo				
• Valor pelo custo amortizado - Credit Suisse	(25.538)	(9.859)	(25.538)	(9.859)
• Valor pelo custo amortizado - Bradesco	(570)	-	(570)	-
• Ajuste a valor justo - Credit Suisse	231.395	193.399	231.395	193.399
• Ajuste a valor justo - Bradesco	1.910	-	1.910	-
	207.197	183.540	207.197	183.540
Ativo circulante	62.748	26.582	62.748	26.582
Ativo não circulante	144.449	156.958	144.449	156.958
	207.197	183.540	207.197	183.540

Credit Suisse: Em 04 de outubro de 2013, a Companhia contratou um instrumento financeiro denominado "total return swap" com Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado. A ponta ativa é representada por valores que serão distribuídos pelo fundo denominado Precatórios CPU II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Não Padronizados (FIDC). A ponta passiva é representada por Variação Cambial + 10,85% a.a. sobre o valor base de referência de R\$ 110.000 mil. O contrato não é negociado separadamente e sua liquidação será realizada pelo valor líquido. O valor justo da ponta ativa foi apurado pelas projeções dos fluxos do recebível da carteira do FIDC e trazidas a valor presente pela taxa de juros de mercado, acrescido de um spread estimado de risco. O recebível do FIDC conta com garantias de bens imóveis e precatórios emitidos pelo Governo do Estado do Paraná. O valor justo da ponta passiva foi obtido pelas projeções do dólar nas datas futuras, acrescidas do spread contratual e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado livre de risco. Para o cálculo do valor justo, a Companhia utilizou das taxas referenciais divulgadas pela BM&F BOVESPA. Bradesco: Em 21 de janeiro de 2014, a Companhia firmou contrato de empréstimo em moeda estrangeira (dólar americano), com o Banco Bradesco Europa no montante de USD 15.000 mil, equivalente a R\$ 35.003 mil, com vencimento em 29 de janeiro de 2015. A remuneração definida foi de juros de 1,3721% a.a., cujo pagamento, assim como o do principal, ocorreria apenas ao final da operação. Para proteção dos efeitos da variação cambial deste empréstimo internacional, a Companhia firmou, em 22 de janeiro de 2014, um contrato de swap com o Banco Bradesco S/A no Brasil. Nesta operação de swap ficou definida a seguinte troca: • Valor Nominal (referência): USD 15.000 mil; • Ponta Ativa (em favor da Primav): 3,0143% a.a. + Variação Cambial; • Ponta Passiva (em favor do Bradesco): 122,50% da CDI. O valor justo ou "marcação a mercado" é determinado com base nas taxas referenciais divulgadas pela BM&F BOVESPA. O Resultado apurado na liquidação da operação será pago pela Primav (ou ressarcida pelo Bradesco), apenas ao final da operação.

Nota 10 - Tributos e Contribuições a Recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda	8.976	2.027	58.065	37.177
Contribuição social	10	621	12.054	2.875
Cofins	-	1	509	1.189
Pis	-	-	1.230	261
Inss	-	-	3.723	2.515
Iss	-	1	1.686	1.612
Outros	-	-	13	41
	8.986	2.650	77.280	45.670

Nota 11 - Depósitos para Recursos:

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	6	6	100.938	90.651
Adições	-	-	46.502	5.325
Baixas	-	-	(10.136)	(1.610)
Atualização monetária	-	-	9.886	6.572
Saldo final	6	6	147.190	100.938

Nota 12 - Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber:

	Pro- Recebi-		Pro- Recebi-	
	2014	2013	2014	2013
Controladora:				
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	-	512.601	(512.601)	-
	-	512.601	(512.601)	-

Consolidado:

	2014		2013	
	Elog S.A.	12.336	-	12.336
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	222	261	(39)	-
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	4.986	(7.021)	2.035
	12.558	5.247	(7.060)	14.371
			21.514	(19.479)
			12.336	-

Nota 13 - Investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Participações em sociedades avaliadas por equivalência patrimonial	1.678.245	1.949.617	286.010	308.761
Ágio na aquisição de participações societárias	1.501.461	1.596.626	-	-
Outros investimentos	-	3.972	839	4.871
	3.179.706	3.550.215	286.849	313.632

As demonstrações contábeis das empresas controladas, apresentaram:

	Ativo		Passivo	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladas diretas:				
CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	252.821	577.914	251.087	27.910
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	922.700	5.779.170	1.274.886	3.642.798

Controladas indiretas:

	Ativo		Passivo	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladas indiretas:				
Via EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.:				
Controladas diretas:				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	383.514	1.327.888	37.759	868.466
EIL01 Participações S.A.	274	-	1	273
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	51.022	284.831	208.737	5.392
EIL02 S.A.	1	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A.	62.942	770.037	224.170	581.949
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	39.492	53.389	16.741	5.956
Ecoporto Transporte Ltda.	8.832	7.475	5.124	3.759

Controladas indiretas:

	Ativo		Passivo	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:				
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	125.972	1.491.053	128.331	1.108.998
Concessionária das Rod. A. Senna e C. Pinto S.A. - Ecopistas	164.953	1.073.667	118.106	744.285
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	15.295	194.056	26.393	153.391
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarras	30.255	433.324	53.686	104.445
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	23.051	194.000	28.039	162.074
Via Elog S.A.:				
Ecopató Logística Cubatão Ltda.	14.602	137.139	6.003	921
ELG-01 Participações Ltda.	2	53.464	1	53.465
Elog Logística Sul Ltda.	14.342	46.077	20.321	6.813
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	207	53.472	416	9
Paquetá Participações Ltda.	-	11.000	-	11.000
Controladas em conjunto:				
Elog S.A.	59.503	563.948	112.563	259.310
Serviços de Tecnologia e Pagamentos S.A. - STP	-	-	-	12.131
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	279.409	-	2.244	1.305

Controladas em conjunto

Concessionária do Monorail da Linha 18 - Bronze S.A.	33.594	1.512	40	-	35.066	-	-	(4.446)	(2.934)	(1.614)	(1.320)
--	--------	-------	----	---	--------	---	---	---------	---------	---------	---------

13.2 Ágio na aquisição de participações societárias: Na Controladora, decorre integralmente da aquisição, durante o exercício de 2012, de 106.152.825 ações representativas de 19% das ações de propriedade da ex-acionista Impregio International Infrastructures n.v. na controlada EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. passado a participação de 44,98869% para 63,98869%. A aquisição, finalizada em 27 de dezembro de 2012, considerada como combinação de negócios, resultou em ágio provisoriamente identificado como decorrente de contratos de concessão detidos pelas controladas da EcoRodovias e, durante o exercício de 2013, portanto dentro do prazo de 12 meses estabelecido pelo CPC 15 - Combinação de Negócios em seus itens 14 a 19, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos independentes cujo objeto foi a determinação do PPA - Price Purchase Allocation, o referido ágio foi remensurado e alocado em parte para mais valia de ativos e parte para goodwill nos montantes respectivos de R\$ 737.449 mil e R\$ 851.117 mil.

As movimentações posteriores foram:

	Goodwill		Mais Valia		Total
	2014	2013	2014	2013	
	851.117	851.117	737.449	737.449	1.588.566
			8.060	8.060	8.060
			745.509	745.509	1.596.626
			(95.165)	(95.165)	(95.165)
	851.117	851.117	650.344	650.344	1.501.461

No Consolidado, os valores são reclassificados para intangível (goodwill) e para as contas ou grupamentos de contas que deram origem à mais valia de ativos líquidos.

Nota 14 - Imobilizado (Consolidado):

	Saldo em 31/12/2012		Adições		Baixas		Transf.		Saldo em 31/12/2013				
	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)			
Política contábil - O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxa que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.													
Hardware	17,9	167,407	35,346	(1,473)	34	201,314	(116,969)	(20,236)	184	(3)	(137,024)	64,290	50,438
Máquinas e equipamentos	11,8	197,471	22,970	(3,656)	(4,529)	212,256	(62,967)	(31,543)	911	1,475	(92,124)	120,132	134,504
Móveis e utensílios	7,7	19,383	3,059	(181)	(5)	22,256	(7,046)	(1,454)	22	6	(8,472)	13,784	12,337
Terenos	-	5,255	178	-	-	5,433	-	-	-	-	-	5,433	5,255
Edificações	7,3	35,788	797	-	(18)	36,567	(14,944)	(1,740)	-	2	(16,682)	19,885	20,844
Imobilizado em andamento	-	21,665	394	(295)	(3,440)	18,324	-	-	-	-	-	18,324	21,665
Beneficiárias	1,5	182,932	748	-	8,675	192,355	(41,247)	213	-	-	(41,034)	151,321	141,685
Veículos	15,0	48,357	2,114	(1,102)	(1,648)	47,721	(18,547)	(8,365)	759	(534)	(26,687)	21,034	29,810
Instalações	5,5</												

pertencente à EcoRodovias e, através do Acordo de Investimentos, o Logística FIP integralizou e subscreveu novas ações ordinárias representativas de 20% do capital total e votante da ELOG. Inclui também a parcela correspondente ao valor justo da participação adicional (controle individual) da EcoRodovias (vide nota explicativa 13.2).

Nota 16 - Empréstimos e Financiamentos:

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
				2014	2013	2014	2013
Em moeda nacional:							
Capital de giro	(c) Ecovia	10/2014	108,4% do CDI	-	-	-	44.782
Capital de giro	(c) Ecovia	12/2014	108,4% do CDI	-	-	-	26.167
Capital de giro	(c) Ecovia	11/2014	108,0% do CDI	-	-	-	35.403
Capital de giro	(c) Ecosul	10/2014	CDI + 2,032% a.a.	-	-	-	13.469
Capital de giro	(g) Ecosul	11/2014	108% do CDI	-	-	-	36.640
Capital de giro	(g) Ecosul	12/2014	108,4% do CDI	-	-	-	22.142
Capital de giro	(g) Ecosul	10/2014	108,4% do CDI	-	-	-	35.538
Finame	(m) Ecosul	11/2020	6% a.a.	-	-	279	-
Finame	(d) Ecocataratas	05/2017	TJLP + 5%	-	-	436	500
Finame	(d) Ecocataratas	04/2017	TJLP + 3,4%	-	-	434	563
Finame	(i) Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	-	-	343	387
Finame	(d) Ecocataratas	07/2018	3% a.a.	-	-	192	-
Finem	(j) Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,3% a.a.	-	-	23.281	29.720
Finem	(b) Ecopistas	07/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	-	-	230.946	197.897
Finame	(h) Ecoporto Transportes	08/2016	TJLP + 6% a.a.	-	-	1.673	2.676
Finame	(h) Ecoporto Transportes	09/2016	TJLP + 6% a.a.	-	-	729	1.145
Finame	(h) Ecoporto Transportes	06/2017	7,7% a.a.	-	-	4.357	6.099
Finame	(f) Ecoporto Santos	07/2014	CDI + 0,15% a.a.	-	-	-	10.780
CCB	(f) Ecoporto Santos	06/2015	CDI + 3% a.a.	-	-	7.636	20.670
Capital de giro	(h) Ecoporto Santos	03/2014	CDI + 1,9 a.a.%	-	-	-	198
Notas promissórias	(a) EcoRodovias Infra	04/2015	105,35% do CDI	-	-	497.435	290.763
Finame	(k) Ecoporto Santos	06/2020	6% a.a.	-	-	7.394	-
Finame	(l) Ecocataratas	07/2020	6% a.a.	-	-	1.094	-
Finem - BNDES	(e) ECO101	11/2015	UMBND+3,16%	-	-	55.171	-
Finem - BNDES	(e) ECO101	10/2015	TJLP + 3,66% a.a.	-	-	138.428	-
Finame	(o) CR Obras	02/2016	3,50% a.a	-	-	212	212
Finame	(p) CR Obras	10/2016	10,30% a.a	-	-	426	662
Capital de giro	(p) CR Obras	10/2015	123% CDI a.m	-	-	46.862	59.929
CDC	(p) CR Obras	04/2015	16,08% a.a	-	-	256	1.094
Finame	(p) CR Obras	03/2019	6,00% a.a	-	-	1.107	-
Finame	(p) CR Obras	05/2017	7,30% a.a	-	-	260	367
Finame	(q) CR Obras	06/2017	3,00% a.a	-	-	633	886
Finame	(r) CR Obras	04/2016	11,16% a.a	-	-	2.359	4.191
Finame	(r) CR Obras	06/2016	7,70% a.a	-	-	137	229
Capital de giro	(s) CR Obras	01/2016	100% CDI+0,67% a.m	-	-	10.039	10.053
Finame	(t) CR Obras	04/2016	10,92% a.a	-	-	496	866
Finame	(t) CR Obras	06/2017	3,00% a.a	-	-	1.456	2.043
Acordo	(u) CR Obras	08/2015	INPC + 6% a.a	-	-	597	1.403
Finame	(v) CR Obras	06/2017	3,00% a.a	-	-	1.478	2.069
Finame	(v) CR Obras	04/2015	7,40% a.a	-	-	76	306
Capital de giro	(w) CR Obras	12/2015	1,50% a.m. + IOF	-	-	26	7
Capital de giro	(x) Primav	12/2015	122% CDI a.m	21.067	-	21.067	-
Em moeda estrangeira:							
Swap	(f) Ecoporto Santos	07/2014	VC+CDI+0,15%	-	-	-	5.077
Finimp	(h) Ecoporto Santos	09/2016	Libor 6M+4,6% a.a.	-	-	768	1.016
Finimp	(h) Ecoporto Santos	04/2016	Libor 6M+4,6% a.a.	-	-	5.538	8.143
Finimp	(h) Ecoporto Santos	05/2017	Libor 6M+0,3% a.a.	-	-	194	240
Finimp	(h) Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2%a.a.	-	-	41.163	-
Contrato de Venda com Reserva de Domínio	(ab) CR Obras	12/2016	7,90% a.a	-	-	2.688	3.513
Capital de giro	(ac) Primav	01/2015	VC + 3,0143	40.700	-	40.700	-
				61.767	-	1.148.366	877.845
Passivo circulante				61.767	-	866.418	648.538
Passivo não circulante				-	-	281.948	229.307
				61.767	-	1.148.366	877.845

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

Ano de vencimento	2014	
	Controladora	Consolidado
2016	-	47.950
2017	-	48.159
2018	-	43.815
2019	-	39.986
Posteriores a 2019	-	102.038
		281.948

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	-	8.282	877.845	990.406
Adições	131.003	-	1.053.331	512.514
Encargos financeiros	11.712	414	120.378	88.191
Pagamentos (Principal e Encargos)	(80.948)	(8.696)	(903.188)	(713.266)
Saldo final	61.767	-	1.148.366	877.845

Em 31 de dezembro de 2014, a 1ª emissão de Debêntures da controlada indireta Ecovias já havia sido integralmente quitada. As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias		Ecovias		Ecoportos		Ecovia		Ecosul		Ecopistas		Primav	
	Concessões e Serviços		(1ª emissão)		(2ª emissão)								(1ª emissão)	
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações		Nominativa escritural, simples, não conversível em ações		Nominativa e escritural não conversível em ações		Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações		Nominativa e escritural, não conversível em ações		Nominativa e escritural, não conversível em ações		Nominativa e escritural, não conversível em ações	
Quantidade emitida	80.000 (em três séries)		45.000 (em três séries)		881 (em duas séries)		600 (série única)		14.300 (série única)		14.800 (série única)		370 (em quatro séries)	
Valor nominal unitário	R\$ 10		R\$ 10		R\$ 1.000		R\$ 1.000		R\$ 10.000		R\$ 10.000		R\$ 1.000	
Data da emissão	23/10/12		21/12/06		19/06/12		04/11/14		17/11/14		15/01/11		26/12/12	
Valor da emissão	R\$ 800.000		R\$ 450.000		R\$ 881.000		R\$ 600.000		R\$ 143.000		R\$ 148.000		R\$ 370.000	
	1ª série R\$240.000		1ª série R\$135.000		1ª série R\$200.000						1ª série R\$92.500		1ª série R\$1.301	
	2ª série R\$160.000		2ª série R\$157.500		2ª série R\$681.000						2ª série R\$92.500		2ª série R\$1.231	
	3ª série R\$400.000		3ª série R\$157.500								3ª série R\$92.500		3ª série R\$1.208	
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2014	1ª série R\$10,14 2ª série R\$11,56 3ª série R\$11,56		1ª série não atualizável 2ª série R\$ - 3ª série R\$ -		1ª série R\$1.129 2ª série R\$1.133		Não atualizável		Não atualizável		Não atualizável		1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a. Não atualizável	
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA		1ª série-não atualizável 2ª e 3ª séries-IGP-M		1ª e 2ª série - IPCA		Não atualizável		Atualização monetária anual pela variação do CDI		Atualização monetária anual pela variação do CDI		1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a. Não atualizável	
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.		1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado		1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA sobre o valor nominal unitário		CDI + 1,85% ao ano (252 dias)		105,7% do CDI		105,7% do CDI		1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a. CDI + 2,45% a.a.	
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)		1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parc. anuais (01/11/07 a 01/11/14)		1ª série: parcelas anuais (15/04/14 a 15/04/20) 2ª série: parcelas anuais (15/04/14 a 15/04/24)		Parcelas anuais (15/06/13 a 15/06/17)		04/03/16		04/03/16		1ª série: anual 11 parc. (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anual 11 parc. (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anual 11 parc. (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anual 11 parc. (15/10/12 a 15/10/22)	
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)		1ª série: parcelas sem. (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parc. anuais (01/11/10 a 01/11/14)		1ª série: parcelas anuais (15/04/19 a 15/04/20) 2ª série: parcelas anuais (15/04/22 a 15/04/24)		Parcelas anuais (15/06/14 a 16/06/19)		04/03/16		04/03/16		1ª série: anual 11 parc. (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anual 11 parc. (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anual 11 parc. (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anual 11 parc. (15/10/12 a 15/10/22)	

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	BTG Pactual/Itaú, Bradesco/HSBC Corretor	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(b)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2014, sendo (i) 26,4%, (ii) 2,43 e (iii) 3,57.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(c)	Ecovia/Ecosul	Santander/HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(d)	Ecocataratas	Banco do Brasil / Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(e)	ECO101	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura.	Aval EcoRodovias Infraestrutura.
(f)	Ecoporto Santos	Unibanco	Não existem manutenção dos índices.	Alienação fiduciária de ações.
(g)	Ecosul	Santander	A razão entre (i) Endividamento Líquido e o EBITDA deverá ser menor ou igual a 1,5; a razão entre (i) o EBITDA e (ii) o Serviço da Dívida deverá ser maior ou igual a 1,5.	Cessão dos direitos creditórios decorrentes da arrecadação de pedágio de todas as praças.
(h)	Ecoporto Santos / Ecoporto Transportes	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(i)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(j)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(k)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(l)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(m)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(n)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	Patrimônio líquido (-) Resultado do exercício > 20.000. Patrimônio líquido/Ativo Total > 20%	Aval EcoRodovias Infraestrutura
(o)	CR Obras	ABC Brasil - Metrô Linha 17	Não exigem manutenção dos índices.	Aval
(p)	CR Obras	Banco Bradesco SA	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(q)	CR Obras	Banco Itaú SA	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(r)	CR Obras	Banco Mercedes-Benz	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(s)	CR Obras	Banco Tricury SA	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(t)	CR Obras	Banco Volvo do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(u)	CR Obras	BRDE	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(v)	CR Obras	Caterpillar Financeira	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(w)	CR Obras	Saldo Credor de Contas Bancárias	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Alienação
(x)	Primav	Banco Bradesco SA	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(y)	CR Obras	Banco DLL	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval
(z)	Primav	Banco Bradesco SA	Não exigem manutenção dos índices.	NP / Aval

Nota 17 - Debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Principal corrigido	2.249.000	2.100.000	5.368.811	4.971.137
Juros remuneratórios	11.723	2.937	112.387	100.935
Custos de captação a apropriar	(30.095)	(39.273)	(82.155)	(97.800)
	2.230.628	2.063.664	5.399.043	4.974.272
Passivo circulante	365.306	2.937	572.266	267.014
Passivo não circulante	1.865.322	2.060.727	4.826.777	4.707.258
	2.230.628	2.063.664	5.399.043	4.974.272

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	2.063.663	2.072.962	4.974.271	4.142.609
Adições	149.000	-	439.539	850.639
Encargos financeiros	292.716	209.272	650.344	503.732
Pagamentos (Principal e Juros)	(274.751)	(218.570)	(665.111)	(522.708)
Saldo final	2.230.628	2.063.664	5.399.043	4.974.272

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas	Primav (1ª emissão)	Primav (2ª emissão)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vinda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).	Não aplicável	Não aplicável
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP e BMF&BOVESPA	CETIP	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou BOVESPAFIX	CETIP	CETIP
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.	Não aplicável	Não aplicável
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Classificação de risco	brAAA	brAAA	brAAA	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	brAA+	Alienação fiduciária de 100% das ações de Ecorodovias	Alienação fiduciária de 100% das ações de Ecorodovias
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	Não aplicável	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoporto (Tecondi)Termares/Termlog - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Não há garantias de qualquer natureza.	Não há garantias de qualquer natureza.	Alienação fiduciária de 100% das ações de Ecorodovias	Alienação fiduciária de 183.887.916 ações de Ecorodovias	Alienação fiduciária de 13.100.000 ações de Ecorodovias
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação
Índices financeiros exigidos	Índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros em que a relação da dívida líquida e o (Lucro antes dos impostos, depreciação e amortização - "EBTIDA") dos últimos 12 meses, deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 e em 2018 a 3,0. E o ("EBTIDA") dos últimos 12 meses pelas despesas líquidas deve ser inferior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,50 e 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço combinado das empresas Ecoporto Santos S.A. e Ecoporto Transportes Ltda.	Não possuem índices financeiros exigidos	Não possuem índices financeiros exigidos	Índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.	Não possuem índices financeiros exigidos	Não possuem índices financeiros exigidos

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	2014			2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	-	-	-	318.953	(23.128)	295.825
2016	800.210	(12.954)	787.256	507.721	(12.863)	494.858
2017	548.523	(13.098)	535.425	546.461	(13.098)	533.363
2018	756.587	(12.693)	743.894	752.880	(12.438)	740.442
2019	800.739	(10.668)	790.071	687.045	(10.473)	676.572
2020	757.584	(9.811)	747.773	682.911	(9.811)	673.100
2020 a 2024	1.230.971	(8.613)	1.222.358	1.302.159	(9.061)	1.293.098
	4.894.614	(67.837)	4.826.777	4.798.130	(90.872)	4.707.258

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor Nominal	Despesas com Emissão	Valor líquido	Taxa de Juros	TIR
Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20%+ IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63%+ IPCA
				1ª emissão			
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5%+ IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5%+ IGP-M	10,35%+ IGP-M
				2ª emissão			
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
Ecoporto Santos	Série única	15/06/12	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85%	11,89%
Ecosul	Série única	17/11/14	148.000	(228)	147.772	105,7% CDI	CDI + 4,17%
Ecovia	Série única	04/11/14	143.000	(233)	142.767	105,7% CDI	CDI + 4,59%
				1ª emissão			
Primav	Série única	26/12/12	2.100.000	-	2.100.000	CDI+2,45%	
				2ª emissão			
Primav	Série única	28/07/14	149.000	-	149.000	CDI+2,00 %	
			5.641.000	(77.536)	5.563.464		

Nota 18 - Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Sociais e Trabalhistas				
Salários e encargos	-	-	43.170	45.085
Provisões para bônus, férias e encargos	-	-	33.959	25.242
Débitos parcelados (Lei nº 11.941/09)	-	-	122	-
	-	-	77.251	70.327
Fiscais				
Débitos correntes	-	3	100.751	80.528
Débitos diferidos	-	-	5.540	6.895
Débitos parcelados (Refs e Lei nº 11.941/09)	-	-	987	3.195
	-	-	3	107.278
	-	-	184.529	160.945
Passivo circulante	-	3	183.614	153.454
Passivo não circulante	-	-	915	7.491
	-	-	3	184.529
	-	-	184.529	160.945

Nota 19 - Obrigações com o Poder Concedente:

l) Verbas fixas e variáveis

	Obs.:	Consolidado	
		2014	2013
Outorga Fixa - Ecovias	(a)	48.363	57.806
Outorga Variável - Ecosul	(e)	139	137
Outorga Variável - Ecovias	(b)	1.308	1.206
Outorga Variável - Ecopistas	(c)	359	324
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização	(d)	223	213
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária	(f)	588	1.550
Outras - Ecocatarras - Verba de fiscalização	(g)	261	249
Outras - ECO101 - Verba de fiscalização	(h)	419	310
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP	(i)	1.206	1.256
Mais valia de ativos líquidos		1.521	1.751
		54.387	64.802
Passivo circulante		21.074	21.023
Passivo não circulante		33.313	43.779
		54.387	64.802

(a) Conforme o contrato de concessão da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2014, restam 40 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 83,33% do total (78,33% em 31 de dezembro de 2013). (b) A parcela variável da Ecovias e

Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação. (c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$ 60 mil mensais do início até o 11º ano e R\$ 66 mil mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado mensal é de R\$ 223 mil (R\$ 213 mil em 31 de dezembro de 2013). (d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia. (e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio. (f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$ 77 mil, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2014, a parcela reajustada é de R\$ 261 mil (R\$ 249 mil em 31 de dezembro de 2013). (g) Conforme contrato de concessão da controlada ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., firmado em 17 de abril de 2013, deverá ser pago a título de fiscalização o valor mensal de R\$ 310 mil até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado mensal é de R\$ 419 mil (R\$ 310 mil em 31 de dezembro de 2013). (h) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro. As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Consolidado	
	2014	2013
2015	-	14.588
2016	15.203	13.321
2017	13.884	12.167
2018	4.226	3.703
	33.313	43.779

A movimentação das obrigações com o Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Saldo inicial	64.802	68.479
Custo (vide item II)	56.822	63.925
Variação monetária sobre o credor pela concessão	6.393	7.644
Pagamento do Principal	(73.400)	(76.997)
Mais valia de ativos líquidos	(230)	1.751
Saldo final	54.387	64.802

II) Outros compromissos relativos a concessões: **Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.:** A controlada assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação): • 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408. • 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277. • 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes. • 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes. **Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.:** A controlada assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra. **Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul:** A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração. **Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarras:** A Ecocatarras assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação): • 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR. • 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvindoópolis, município de Cascavel - PR. • 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramiândia - PR. • 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR. **Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas:** A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: • O pagamento de direito de outorga, no total de R\$ 595.157 mil (R\$ 570.422 mil ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$ 118.800 mil foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010. **ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.:** A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$ 620 mil a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT. Estimativa de gastos para realização dos investimentos de melhoria: As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

	2014	Ecosul	Ecovias	Ecocatarras	Ecopistas	ECO101	Total
Melhoria na infraestrutura	124.320	268.509	207.664	49.452	214.667	1.609.519	2.474.131
Conservação especial (manutenção)	54.440	65.486	282.187	291.568	403.270	464.979	1.561.930
Equipamentos	10.427	13.043	45.916	57.693	191.265	312.980	631.324
Total	189.187	347.038	535.767	398.713	809.202	2.387.478	4.667.385
	2013	Ecosul	Ecovias	Ecocatarras	Ecopistas	ECO101	Total
Melhoria na infraestrutura	151.439	145.878	471.324	798	293.288	1.062.727	
Conservação especial (manutenção)	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120	1.124.719	
Equipamentos	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355	323.736	
Total	222.408	188.882	835.882	374.247	889.763	2.511.182	

III) Outras concessões - Controle compartilhado: **Concessionária do Monitorilho da Linha 18 - Bronze S.A.:** Os compromissos assumidos para a execução da concessão se divide em duas fases: Fase I, de implantação de infraestrutura, compreendendo as obras civis, aquisições de sistemas e material rodante e todas as intervenções pertinentes tendo como prazo máximo de quatro anos para sua conclusão. Nesta fase, a Companhia estima aportes de recursos próprios no valor aproximado de R\$ 380.000 mil e captações de terceiros advindos do Governo do Estado de São Paulo (GESP) por meio de financiamentos com BNDES e emissão de debêntures. Com estes recursos, a

Companhia investirá na construção e implementação da infraestrutura que será utilizada durante a fase operacional - Fase II. A Companhia estima investimentos operacionais em obras civis, em sistemas de sinalização e controle de regeneração de energia, de telecomunicações, de controle centralizado, de portas e plataformas e outros auxiliares, em material rodante, em desapropriações, em outros gastos diversos inerentes à implantação da infraestrutura, como por exemplo certificados de implantação, meio ambiente e gerenciamento de desapropriações, espaço comercial, dentre outros. Fase II, que compreende a operação, conservação e manutenção dos serviços públicos de transporte de passageiros. Nesta fase está previsto o início das receitas tarifárias, bem como início dos custos operacionais com mão de obra de operação, manutenção, e outros custos inerentes ao negócio. Evento subsequente: Em 21 de janeiro de 2015, o BNDES emitiu comunicado à Companhia informando que o Comitê de Enquadramento, Crédito e Mercado de Capitais enquadrou a consulta prévia apresentada pela Companhia para análise da viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade Project Finance Direto.

Nota 20 - Informações Adicionais sobre Contratos de Concessão: I) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas: As Concessionárias fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021. A Administração do Governo do Estado do Paraná nos anos de 2002 a 2010 buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitórias às concessionárias do Estado do Paraná. Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes. A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos. Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos. Os reajustes tarifários de 2011 a 2014 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o degraú tarifário previsto para dezembro de 2014. Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento. Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI encerrou-se em dezembro de 2014, com a aprovação do relatório final, no qual foram elencadas algumas recomendações. A Administração está avaliando esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como em razão da publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável. No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário. II) Ecoporto Santos S.A.: O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato entende a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na Portaria nº 349/2014 da SEP e a Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. O Ecoporto Santos deverá então, ao requerer a prorrogação, instruir o processo com a documentação pertinente, seguir o procedimento estabelecido na normatização em vigor à época do requerimento, que deverá contar com a participação da SEP e da ANTAQ. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho e constantes investimentos do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 3.220/2014 e da Portaria SEP nº 349/2014, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Porém, recentes decisões favoráveis proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconheceram a necessidade da manutenção do Contrato de Arrendamento e a possibilidade de sua prorrogação. Assim, a Administração considera significativa a probabilidade de êxito nas demandas judiciais, em linha com os recentes julgamentos favoráveis sobre o mesmo tema e com base nas argumentações trazidas nos recursos de apelação ajuizados pelo Ecoporto Santos, que pendem de julgamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário. **Nota 21 - Provisões para Contingências:** Política contábil - O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Cíveis	-	-	139.387	125.709
Trabalhistas	-	-	30.549	23.133
Tributárias	-	-	9.477	7.658
			179.413	156.500

a) Cíveis - Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos. A Companhia, no consolidado, tem outras contingências de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2014 R\$ 69.692 mil (R\$ 56.597 mil em 31 de dezembro de 2013) avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. As principais causas com perdas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são: a) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$ 30.920 mil em 30 de setembro (R\$ 39.895 mil atualizado até 31 de dezembro de 2014), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi oferecido depósito judicial no montante de R\$ 38.828 mil, sendo que para 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado deste depósito é de R\$ 39.895 mil. a.2 A controlada indireta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial e mediante depósito dos valores cobrados, à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal no mês de agosto de 2012, a Ecoporto Santos decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito retornar a cobrança oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder ao Ecoporto Santos autorização para retomada da referida cobrança. Em 31 de dezembro de 2014, o valor contenciado é de R\$ 64.492 mil (R\$ 58.199 mil em 31 de dezembro de 2013). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída. b) Trabalhistas - Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante, exceto quanto ao mencionado no próximo parágrafo. Em 31 de dezembro de 2014, no consolidado, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 67.627 mil (R\$ 37.012 mil em 31 de dezembro de 2013), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada indireta Ecocataratas que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$ 6.439 mil. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$ 7.127 mil. Em 30 de outubro de 2013, o Banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para essa ação, atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 2.097 mil. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever foi objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, o qual foi reconhecido em sentença, devendo a Sideco S.A. pagar a EcoRodovias 84,48% do valor da condenação. A Sideco reconheceu a validade desta decisão, e pagará mediante acordo realizado a partir de janeiro de 2015. c) Tributárias - Correspondem, principalmente, a valores relacionados com discussões quanto ao recolhimento de IPTU, ISS, IRPJ e CSLL, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2014, no consolidado, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 47.082 mil (R\$ 19.031 mil em 31 de dezembro de 2013), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 6.730 mil (R\$ 5.359 mil em 31 de dezembro de 2013). A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	92.139	19.019	3.003	114.161
(-) Complemento (reversão) de provisão	52.615	15.429	1.549	69.593
(+) Pagamentos	(14.400)	(14.610)	(64)	(29.074)
(+) Atualização monetária	4.783	2.121	336	7.240
(-) Reclassificações	(6.533)	3.271	3.262	-
(-) Mais valia de passivos líquidos	(2.895)	(2.097)	(428)	(5.420)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	125.709	23.133	7.658	156.500
(-) Complemento (reversão) de provisão	16.921	13.299	1.765	31.985
(+) Pagamentos	(4.693)	(9.316)	(325)	(14.334)
(+) Atualização monetária	5.496	2.797	265	8.558
(-) Reclassificações	(2.740)	2.607	133	-
(-) Mais valia de passivos líquidos	(1.306)	(1.971)	(19)	(3.296)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	139.387	30.549	9.477	179.413

Nota 22 - Provisões para Manutenção e Construções Futuras:

	Consolidado		2014	2013
	Adição (custo)	Efeito Pagamento Financeiro		
Provisão para manutenção			219.824	178.048
Provisão para construção de obras futuras			10.269	11.787
			230.093	189.835
Passivo circulante			74.658	59.451
Passivo não circulante			155.435	130.384
			230.093	189.835

(a) Provisão para manutenção: Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se a estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 7,21% a 12,20% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	Adição		Efeito		Adição		Efeito		2012
	2014 (custo)	Pagamento Financeiro	2013 (custo)	Pagamento Financeiro	2013 (custo)	Pagamento Financeiro			
Constituição da provisão para manutenção	746.542	127.084	-	-	619.458	91.568	-	-	527.890
Efeito do valor presente sobre a constituição	(151.821)	(21.830)	-	-	(129.991)	(16.661)	-	-	(113.330)

	Adição		Efeito		Adição		Efeito		2012
	2014 (custo)	Pagamento Financeiro	2013 (custo)	Pagamento Financeiro	2013 (custo)	Pagamento Financeiro			
Realização da manutenção	(464.383)	-	(78.661)	-	(385.722)	-	(92.408)	-	(293.314)
Ajuste a valor presente - realizações	89.486	-	-	15.183	74.303	-	-	16.887	57.416
	219.824	105.254	(78.661)	15.183	178.048	74.907	(92.408)	16.887	178.662
Passivo circulante	66.827	-	-	-	49.932	-	-	-	63.531
Passivo não circulante	152.997	-	-	-	128.116	-	-	-	115.131
	219.824	-	-	-	178.048	-	-	-	178.662

(b) Provisão para construção de obras futuras: Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 7,21% e 12,20% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Efeito		Efeito		2012
	2014 Pagamento Financeiro	2013 Pagamento Financeiro	2014 Pagamento Financeiro	2013 Pagamento Financeiro	
Constituição da provisão para manutenção	21.079	-	21.079	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	(10.011)	-	(10.011)
Realização da manutenção	(9.577)	(1.687)	(7.890)	(564)	(7.326)
Ajuste a valor presente - realizações	8.778	-	169	8.609	170
	10.269	(1.687)	169	11.787	170
Passivo circulante	7.832	-	9.519	-	2.141
Passivo não circulante	2.437	-	2.268	-	10.040
	10.269	-	11.787	-	12.181

Nota 23 - Transações com Partes Relacionadas: A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, bem assim de operações de mútuo financeiro, para os quais são utilizadas taxas de remuneração condizentes com o mercado. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Obs.:	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo circulante				
Contas a Receber				
(e) . Santa Bárbara Construtora S/A	-	-	27.218	2.814
			27.218	2.814
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber				
(j) . Elóg S.A.	-	-	12.336	12.336
(j) . Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	-	-	2.035
(i) . Consórcio Rota do Horizonte S.A.	-	-	222	-
			12.558	14.371
Ativo não circulante				
Créditos com pessoas ligadas				
(a) . Amanda Gracielle Veiga de Almeida	21	2	21	2
(a) . Cesar Beltrão de Almeida	-	9	-	9
(a) . Eduarda Guimarães de Almeida	20	2	20	2
(a) . Denise Beltrão de Almeida Cassou	82	9	82	9
(a) . Marcelo Beltrão de Almeida	82	9	82	9
(a) . Maria Fernanda Beltrão de Almeida	20	2	20	2
(a) . Roberta Guimarães de Almeida	20	2	20	2
(a) . CR Almeida S/A Engenharia e Construções	29.954	2.709	107.392	57.356
	30.199	2.744	107.637	57.391
Intangível - Movimentação				
(d) . CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.	-	-	54.351	32.778
(d) . TB Transportadora Betumes Ltda	-	-	11.291	5.302
(f) . Contek Engenharia S.A.	-	-	953	-
(i) . Incospal Construções Pré-Fabricadas Ltda	-	-	1.941	-
(b) . SBS Engenharia e Construções S.A.	-	-	60.071	18.660
(c) . Consórcio Serra do Mar	-	-	100.661	55.117
			229.268	111.857
Passivo circulante				
Fornecedores				
(d) . CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda.	-	-	1.068	1.647
(d) . TB Transportadora Betumes Ltda	-	-	124	427
(h) . Vix Logística S.A.	-	-	402	-
(g) . Unimar Transportes Ltda	-	-	370	-
(b) . SBS Engenharia e Construções S.A.	-	-	169	1.194
			2.133	3.268
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar				
(k) . CR Almeida S/A - Engenharia e Construções	42.664	70.171	42.664	70.171
	42.664	70.171	42.664	70.171
Passivo não circulante				
Débitos com pessoas ligadas				
(a) . CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	54.384	14.548	-	-
(a) . Consórcio Serra do Mar	-	-	-	9.525
(a) . Cesar Beltrão de Almeida	11	-	11	-
	54.395	14.548	11	9.525
Resultado do exercício				
Despesa / Custo				
(g) . Unimar Transportes Ltda.	-	-	4.501	-
(h) . Vix Logística S.A.	-	-	4.876	-
(b) . SBS Engenharia e Construções Ltda	-	-	54	-
			9.431	-
Receitas financeiras - Encargos de operações de mútuo				
(a) . CR Almeida S/A - Engenharia e Construções	1.426	1.681	10.044	3.475
(a) . CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	19.040	1.185	-	-
(a) . CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda	-	-	24	-
(e) . Santa Bárbara Construtora S/A	-	-	9	1
	20.466	2.866	10.077	3.476
Despesas financeiras - Encargos de operações de mútuo				
(a) . Primav Construções e Comércio S/A.	-	-	-	50
(a) . Consórcio Serra do Mar	-	-	177	50
			177	50

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir: (a) Correspondem a operações de mútuo financeiro que, em média, é utilizada a taxa de remuneração equivalente a 122% do CDI. (b) A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., possui 10% de participação na controlada indireta Ecosul e 14,50% da controlada direta ECO101. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$ 40.505 mil e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$ 4.000 mil, totalizando R\$ 44.505 mil, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é agosto de 2016 e em 31 de dezembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$ 6.103 mil. Os saldos em aberto a pagar de R\$ 169 mil (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias), CR Almeida S/A - Engenharia de Obras e Cigla Construtor Impreglio Associados S.A., e pela Impreglio SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cõnego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$ 359.008 mil, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é janeiro de 2015 e até 31 de dezembro de 2014 foram incorridos R\$ 339.995 mil, e há um saldo de serviços a realizar de R\$ 19.013 mil. Os saldos em aberto de R\$ 1.468 mil (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada CR Almeida S/A - Engenharia de Obras, controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$ 2

faturou R\$ 18.422 mil para a Ecoporto e R\$ 807 mil para a Termare. O prazo de vencimento destes contratos é em 30 de abril de 2015. **Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram pagos aos administradores beneficiários de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A remuneração paga aos administradores no exercício correspondeu, no consolidado, a R\$ 30.885 mil (R\$ 15.684 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2013). **Nota 24 - Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado está representado por 1.200.179.131 ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Ações	%
CR Almeida S/A - Engenharia e Construções	1.200.178.639	99,999959
Participare - Administração e Participações Ltda.	339	0,000028
PIO XII - Participações Societárias e Administração de Bens Próprio S/A	153	0,000013
	1.200.179.131	100,000000

b) Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do que estabelece a Lei das Sociedades por Ações, considerando ainda as limitações previstas no Art. 193 daquela Lei. c) Reserva de lucros a realizar - Foi constituída pela parcela não realizada de ágio registrado na controlada indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. originada pelo registro, em exercícios anteriores, de reserva de reavaliação anteriormente existente na controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A e que, no exercício social de 2008, foi estomada. Os reflexos na sua controladora direta foram então computados como ágio decorrente da mais valia dos ativos imobilizados daquela empresa, não havendo reflexos no patrimônio líquido. Assim, como forma de refletir com adequação o estorno de reserva de reavaliação, o montante existente foi considerado como reserva de lucros a realizar, o qual vem sendo realizado na mesma proporção da amortização do ágio que lhe deu origem. d) Dividendos e juros sobre o capital próprio - De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da legislação societária. A movimentação ocorrida, inclusive no consolidado, pode ser assim visualizada:

	2014	Propostos	Pagos	2013	Propostos	Pagos	2012
Controladora:							
CR Almeida S/A - Engenharia e Construções	42.664	62.493	(90.000)	70.171	126.964	(139.465)	82.672
	42.664	62.493	(90.000)	70.171	126.964	(139.465)	82.672
Consolidado:							
CR Almeida S/A - Engenharia e Construções	42.664	62.493	(90.000)	70.171	126.964	(139.465)	82.672
Não controladores	27	292.065	(292.065)	27	162.788	(162.761)	-
	42.691	354.558	(382.065)	70.198	289.752	(302.226)	82.672

e) Ajustes de avaliação patrimonial

	2014	2013
Ajuste a valor justo - Investimento temporários disponíveis para venda	(69.852)	(37.931)
Reflexo sobre a mais valia de ativos de controlada (ICPC 10)	8.728	10.353
	(61.124)	(27.578)

O ajuste a valor justo corresponde ao registro da contrapartida realizada em conta de investimentos temporários (vide nota explicativa nº 08.b), onde utilizou-se a metodologia de determinar os valores dos fluxos futuros do instrumento financeiro correspondente trazidos a valor presente. O reflexo sobre a mais valia de ativos de controlada corresponde ao registro reflexo (por equivalência patrimonial) da controlada CR Almeida S/A - Engenharia de Obras referente a contrapartida do registro da mais valia de bens integrantes de propriedades para investimento e do ativo imobilizado apurados nos termos do ICPC 10. **Nota 25 - Receita Operacional Líquida:**

	2014	2013	2014	2013
Controladora				
2014	219.493	176.159	-	-
Realização de mais valia de ativos líquidos de investimentos	(95.165)	8.060	-	-
Impairment sobre participações societárias	(3.972)	-	-	-
Receitas de construção	-	-	1.218.542	1.123.877
Receitas com arrecadação de pedágio	-	-	1.887.682	1.689.156
Receitas das atividades portuárias	-	-	508.346	615.184
Receitas acessórias	-	-	73.865	58.639
Demais receitas operacionais	-	-	3.965	1.679
Impostos incidentes sobre a receita	(4.890)	-	(303.687)	(266.193)
	115.466	184.219	3.388.713	3.222.336

Nota 26 - Custos e Despesas Gerais e Administrativas:

	2014	2013	2014	2013
Controladora				
2014	258	297	571.336	488.670
Pessoal e encargos	5.263	4.570	917.065	840.641
Materiais e serviços de terceiros	-	-	818.817	580.737
Provisão para manutenção e construção de obras	-	-	56.822	63.925
Poder concedente	374	-	13.805	115
Doações e contribuições	763	96	4.782	7.250
Tributos	-	-	318.408	248.680
Depreciações e amortizações	-	-	23.159	21.614
Seguros	117	331	9.979	10.750
Viagens, estadias e locomocões	35	-	70.939	53.541
Locações	-	-	-	7.802
Perdas por desvalorização - Impairment	216	101	87.194	102.598
Outros custos e despesas	7.026	5.395	2.892.306	2.426.323

Classificados como:

· Custo das atividades operacionais	-	-	2.414.818	1.960.889
· Despesas gerais e administrativas	7.026	5.395	477.488	465.434
	7.026	5.395	2.892.306	2.426.323

Nota 27 - Outras Receitas e Despesas:

	2014	2013	2014	2013
Controladora				
2014	-	-	-	(294)
Ganhos em investimentos	-	-	(1.632)	6.210
(Constituição) Reversão de provisões para contingências	3.700	-	6.312	(33.019)
(Constituição) Reversão de provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	401
Benefícios por adesão a parcelamentos	-	-	293.654	35.117
Receita na alienação de bens do ativo imobilizado e investimentos	-	-	(19.808)	(2.863)
Valor residual do imobilizados e investimentos baixados ou vendidos	-	-	(3.972)	-
Impairment sobre participações societárias	-	-	1.328	815
Realização de mais valia a ser distribuído	-	66	(33.085)	(171)
Outros	3.700	66	242.797	6.196
	7.026	5.395	2.892.306	2.426.323

Nota 28 - Resultado Financeiro:

	2014	2013	2014	2013
Controladora				
2014	20.466	2.866	10.067	3.475
Receitas financeiras:	3.276	1	24.088	11.419
· Pessoas ligadas	-	-	126	310
· Variações monetárias e cambiais ativas	-	-	105.553	102.173
· Descontos obtidos	5.265	3.616	324.623	233.219
· Aplicações financeiras	101.061	233.219	15.938	6.236
· Derivativos - Ganhos e ajuste a valor justo	7.272	59	480.395	356.832
· Outras	137.340	239.761	480.395	356.832

Despesas financeiras:

· Empréstimos e financiamentos	6.022	119	109.443	78.387
· Variações monetárias e cambiais passivas sobre empréstimos	8.511	301	35.634	1.519
· Debêntures - Juros	54.005	52.320	275.798	158.354
· Debêntures - Variação monetária	229.532	166.913	363.122	258.711
· Debêntures - Amortização de custos com emissão	10.003	-	16.992	10.806
· Ajuste a valor presente interpretação técnica ICPC-01	-	-	15.352	17.058
· Derivativos - Perdas e ajuste valor justo	75.404	9.859	75.404	9.859
· Pessoas ligadas	-	-	178	50
· Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	-	-	1.353	20.272
· Outras	1.783	11	21.762	32.124
	385.260	229.523	915.038	587.140

Nota 29 - Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2014	2013	2014	2013
Controladora				
2014	-	-	-	-
a) Diferidos	-	-	-	-
Ativos				
Prejuízos fiscais, bases negativas e adições temporárias	-	-	59.484	83.896
Ágio incorporado, líquido das amortizações	-	-	382.375	417.295
Capitalização de juros sobre os empréstimos - Lei nº 11.638/07 e ICPC-01	-	-	78.196	57.028
	-	-	520.055	558.219

Passivos

· Diferenças temporárias - Resultado de operações de Swap	49.313	43.683	49.313	43.683
· Mais valia de ativos	-	-	4.497	5.333
· Diferenças temporárias - saldos ativos e passivos	-	-	26.599	36.889
· Mais valia investimento EcoRodovias (Líquida)	-	-	329.338	355.020
	49.313	43.683	409.747	440.925

b) Resultado

A composição dos valores computados na demonstração do resultado do exercício pode ser assim resumida:

	2014	2013	2014	2013
Controladora				
2014	-	-	241.440	212.625
Bases correntes	5.631	43.682	7.823	43.819
Bases diferidas	5.631	43.682	249.263	256.444

Nota 30 - Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros - Consolidado: Gestão de capital: A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar que as empresas integrantes possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente, deduzidos pelo caixa e pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não

controladores). A Companhia e suas controladas revisam periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. *Índice de endividamento*

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Dívida	2.292.395	2.063.664	6.601.796	5.916.919
Caixa, equivalentes de caixa, e títulos e valores mobiliários	40.239	3.154	745.371	1.185.508
Dívida líquida	2.252.156	2.060.510	5.856.425	4.731.411
Patrimônio líquido	1.527.917	1.762.907	2.204.883	2.535.132
	1,47	1,17	2,66	1,87

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nºs 16, 17 e 19. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. *Considerações gerais:* • A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis. • Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: São formados por CDBs, fundos de investimentos e renda fixa, remunerados por taxas que refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes: Decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o Poder Concedente: Classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nºs 16, 17 e 19. *Valor justo de ativos e passivos financeiros:* Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

Componentes	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	686.535	686.535
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	334.963	334.963
Contas a receber - Precatórios	Investimento mantido até o vcto	353.927	353.927
Contas a receber - Swap	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado	207.197	207.197
Títulos e valores mobiliários	Disponível para venda	489.633	489.633
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	58.836	58.836
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	107.637	107.637
Passivos:			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	167.898	167.898
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	1.148.366	1.148.366
Debêntures	Outros passivos financeiros	5.399.043	5.399.043
Obrigações com o Poder Concedente	Outros passivos financeiros	54.387	59.740
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	11	11

Gestão de riscos: A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo: *a) Risco de mercado:* O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros. *i. Riscos da taxa de câmbio:* O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos devedores em moeda estrangeira equivalem a R\$ 91.051 mil e R\$ 17.989 mil, respectivamente. *ii. Risco da taxa de juros:* O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. *b) Risco de crédito:* Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes. A Companhia e suas controladas procuram manter contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$ 95.359 mil (R\$ 85.228 mil em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". *c) Risco de liquidez:* O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia e suas controladas, que possuem um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. *Análise de sensibilidade:* A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, porém nunca em caráter especulativo. A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas. **Nota 31 - Seguros Contratados:** A Administração adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão, por exemplo, obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **Nota 32 - Ônus, Avas e Garantias (Controladora):** Como garantias reais da operação de emissão de debêntures (1ª e 2ª Emissões), na data de emissão, foram oferecidas ações de emissão da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. das quais a Companhia é detentora (vide notas explicativas nºs 17 e 02 e 13), bem como de todas as vantagens e direitos que forem atribuídos às respectivas ações, além da cessão fiduciária de todos os dividendos, lucros, frutos, rendimentos, direitos, juros sobre o capital próprio, distribuições e demais valores a serem recebidos de qualquer outra forma pela Companhia. Foi assegurado ainda, como garantia adicional fidejussória, fiança prestada pela sociedade controladora CR Almeida S/A - Engenharia e Construções que é representativa de 150% das debêntures emitidas. Segundo regras estabelecidas nas escrituras de emissão, as ações oferecidas em garantia, avaliadas pelos valores de mercado, devem equivaler, no mínimo a 120% do valor da dívida (garantia mínima). Tendo em vista ter havido queda do valor das ações cotadas em bolsa, novas 106.917.135 ações tiveram que ser oferecidas em garantia. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, 341.225.000 ações encontram-se alienadas fiduciariamente em atendimento à cláusula de garantia mínima. Essas ações alienadas fiduciariamente, representam, aproximadamente, 96% da totalidade das ações de propriedade da Companhia. Adicionalmente, a Companhia não possui ônus adicionais sobre seus ativos, porém figura como avalista e/ou garantidora de diversas operações financeiras contratadas por outra empresa do grupo econômico ao qual pertence, cujos saldos devedores em 31 de dezembro de 2014 montam R\$ 18.038 mil (CR Almeida S/A - Engenharia de Obras). Além disso, a Companhia, juntamente com sua controlada CR Almeida S/A - Engenharia de Obras, figura como garantidora em operação de crédito ondo a sociedade controladora CR Almeida S/A - Engenharia e Construções contratou Nota Promissória junto a instituição financeira "Precatórios CPU II - Fundo de Investimentos e Direitos Creditórios Não-Padronizados", cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 389.581 mil. **Nota 33 - Aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria da Companhia em 19 de março de 2015.

Rio de Janeiro (RJ), 31 de Dezembro de 2014.

Cesar Beltrão de Almeida

Diretor Presidente

João Alberto Gomes Bernacchio

Diretor Administrativo-Financeiro

David Dangui Nepomoceno

Contador CRC.PR.046.200/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos Srs. Administradores e Acionistas da Primav Construções e Comércio